

Weber, Engels, Lenin, Kautsky,  
Chayanov, Stalin

## A QUESTÃO AGRÁRIA

Organizadores:  
José Graziano da Silva  
Verena Stolcke

Tradução:  
Edgard Afonso Malagodi - Sandra Britzola  
José Bonifácio de S. Amaral Filho

Sobre a teoria dos sistemas  
econômicos não capitalistas\*

Alexander V. Chayanov

Na moderna teoria da economia nacional tornou-se costume pensar todos os fenômenos econômicos exclusivamente em termos de economia capitalista. Todos os princípios de nossa teoria — renda da terra, capital, preço e outras categorias — formaram-se dentro do marco de uma economia baseada no trabalho assalariado, que busca maximizar lucros (ou seja, a quantidade máxima da parcela de renda bruta que resta, após se deduzirem os custos materiais de produção e os salários). Todos os demais tipos (não capitalistas) de vida econômica são vistos como insignificantes, ou em extinção; no mínimo considera-se que não têm influência sobre as questões básicas da economia moderna e não apresentam, portanto, interesse teórico.

No que diz respeito à inegável dominância do capital financeiro e mercantil no comércio mundial e ao inegável papel que desempenha na organização atual da economia mundial, temos que aceitar essa última tese. Mas de maneira nenhuma devemos estender sua aplicação a todos os fenômenos de nossa vida econômica. Não conseguiremos progredir no pensamento econômico unicamente com as categorias capitalistas, pois uma área muito vasta da vida econômica (a maior

(\*) Traduzido por José Bonifácio de S. Amaral Filho, a partir da edição em inglês *On the Theory of Peasant Economy*, Richard D. Irvin Inc., Homewood, Illinois, 1966, ed. Daniel Thorner, Basil Karklay e R. E. F. Smith; cotradido com a versão em espanhol em *Discusiones sobre la cuestión agraria*, Ed. Launa, Bogotá, 1977, ed. Myriam Jimeno.

brasiliense  
1981

Geografia Agrária I – Profa. Dra. Valeria de Marcos

Texto 16 – item 4.2 (2) aula 8

16 csp  
CHAYANOV, A. V. Sobre a teoria dos sistemas econômicos não capitalistas. In: GRAZIANO da SILVA, J. e STOLCKE, V. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 133-163.

parte da esfera de produção agrária) baseia-se, não em uma forma capitalista, mas numa forma inteiramente diferente, de unidade econômica familiar não assalariada.<sup>1</sup> Esta unidade tem motivações muito específicas para a atividade econômica, bem como uma concepção bastante específica de lucratividade. Sabemos que a maioria das explorações camponesas da Rússia, China, Índia, e a maior parte dos Estados não europeus, desconhecem as categorias trabalho assalariado e salário. Mesmo uma análise teórica superficial de suas estruturas econômicas mostra que seus fenômenos econômicos específicos nem sempre se adaptam ao marco da economia clássica e da teoria da economia nacional que dela resulta. Temos que ir além deste marco conceitual da economia nacional, se quisermos realizar uma análise teórica de nosso passado econômico.

Os recentes sistemas de servidão na Rússia e escravidão nos Estados Unidos colocam a questão da aplicabilidade do pensamento econômico contemporâneo (capital, juros, renda econômica, salários). Os salários, como categoria econômica no sentido moderno da palavra, estão claramente ausentes dos sistemas acima mencionados; e o conteúdo teórico costumeiro de outras categorias de nossos sistemas econômicos desaparece juntamente com esta categoria, porque renda e juros, como construções teóricas, estão indissolivelmente ligados à categoria salários. Por outro lado, com essa observação se adquire uma nova categoria, inteiramente desconhecida para a teoria moderna: o preço dos escravos.

Encontramo-nos numa posição ainda mais difícil no que diz respeito aos sistemas econômicos dos povos primitivos. Nestes sistemas, uma categoria básica como o preço de mercado (fundamental para nosso pensamento teórico) freqüentemente não existe. Aqui, a estrutura econômica do colono romano, bem como a da economia natural dos povos primitivos, ficam completamente fora do marco da teoria econômica atual. Mesmo em relação à Idade Média, teríamos dificuldade de analisar a formação dos preços com nossos conhecimentos atuais. Como, por exemplo, atribuir um preço aos produtos que o senhor feudal exige como pagamento em espécie, e que exporta para serem vendidos em mercados remotos?

(1) As expressões unidade econômica familiar, unidade econômica de trabalho, unidade econômica de trabalho familiar e unidade econômica familiar de trabalho significam neste artigo, mesmo quando esta característica não estiver explícita, a exploração econômica da família camponesa ou artesã que não emprega trabalhadores pagos, mas utiliza apenas o trabalho de seus próprios membros.

A escola histórica alemã tem sem dúvida o enorme mérito de ter escrito a respeito do passado econômico (sobretudo o romano-germânico e da Antiguidade) e de ter revelado detalhadamente sua morfologia; mas mesmo uma descrição tão completa e exata como essa é incapaz de nos proporcionar uma teoria dos fatos econômicos descritos. No entanto, a ciência econômica necessita urgentemente de uma análise teórica de nosso passado econômico; para cada um dos tipos econômicos que em parte descrevemos deve ser construído um sistema econômico correspondente a suas características peculiares. Creio que a pesquisa neste sentido, ainda que pareça uma coleta amadorística de antiguidades, poderia conseguir muito. Ainda que apenas como paleontologia econômica, ela não só favoreceria a análise comparativa das formações econômicas existentes como também seria bastante útil para os objetivos puramente práticos da política econômica. Pois não só o tipo de unidade econômica de trabalho familiar (que iremos definir mais adiante de maneira detalhada), mas também outros tipos arcaicos, ainda, abundam atualmente, nos países europeus. A análise teórica com categorias realmente adequadas às suas características contribuiria mais para a política colonial do que, por exemplo, forçar a entrada da economia do Zambze no leito de Procusto das categorias econômicas da moderna escola de Manchester.

Lamentamos que nem Aristóteles nem outros escritores antigos tenham nos deixado uma teoria econômica, tal como entendemos hoje essa palavra, sobre a realidade econômica que os rodeava. Os padres da Igreja, contemporâneos do regime feudal, freqüentemente tocavam em seus tratados nos problemas econômicos; mas, como sabemos, dedicaram toda a sua atenção ao aspecto ético da vida econômica. A literatura econômica russa de fins do século XVII e princípios do XVIII, representada por Sylvester, Pososhkov e Volynskij, tratou principalmente dos assuntos econômicos privados ou de problemas da administração estatal. Nem a economia da escravidão dos Estados Unidos, nem a economia do período servil na Rússia, nos deixaram uma doutrina econômica completa, correspondente a suas estruturas específicas. Como temos pouco conhecimento acerca da literatura japonesa e chinesa, não podemos julgar o estado de suas tentativas teóricas de explicar formas passadas da vida econômica. Dado que as épocas passadas não desenvolveram teorias acerca de seus sistemas econômicos vemo-nos compelidos a tentar construí-los, retrospectivamente.

*Categorias econômicas e economia natural*

Sabemos que a chave para entender a vida econômica na sociedade capitalista é a seguinte fórmula, para calcular a lucratividade econômica: uma empresa é considerada lucrativa se sua receita bruta RB, após deduzir-se o capital circulante adiantado (ou seja, as despesas anuais com materiais DM, e as despesas com salários DS), proporcione uma soma S, igual ou maior que todo o capital C (constante e circulante) da empresa, a juros, calculada segundo a taxa (a), predominante no país nesse momento.

$$RB - (DM + DS) \geq C \cdot a$$

100

Todos os cálculos da economia teórica partem, explicita ou tacitamente, desta fórmula. Os elementos dessa fórmula — o valor de troca (preço de mercado) da receita bruta e da despesa material, os salários, e os juros sobre o capital — não são neste caso quaisquer magnitudes e os juros de uma economia privada, mas fenômenos fundamentais de uma ordem social e econômica. O conteúdo e a tarefa da economia é a explicação científica destes fenômenos fundamentais.

A teoria econômica da sociedade capitalista moderna é um complexo sistema de categorias econômicas inseparavelmente vinculadas entre si: preço, capital, salários, juros, renda, determinam-se uns aos outros, e são funcionalmente interdependentes. Se um elemento deste sistema é retirado, todo o edifício desaba. Na ausência de qualquer destas categorias econômicas, todas as demais perdem seu caráter específico e seu conteúdo conceitual, e nem sequer podem ser definidas quantitativamente.

Assim, por exemplo, não se pode aplicar em seu significado habitual qualquer das categorias econômicas acima mencionadas a uma estrutura econômica que não possua a categoria preço (todo sistema de unidades baseadas na economia natural que serve exclusivamente para satisfazer as necessidades das famílias ou grupos trabalhadores). Numa economia natural, a atividade econômica humana é dominada pela exigência de satisfazer as necessidades de cada unidade de produção, que é ao mesmo tempo uma unidade de consumo. Por isso aqui o orçamento é em grande medida qualitativo: para cada necessidade familiar é necessário prover, em cada unidade econômica, o produto *in natura* qualitativamente correspondente.

Aqui só se pode calcular (medir) a quantidade considerando-se a extensão de cada necessidade única: é suficiente, é insuficiente, falta tal ou qual quantidade; é este o cálculo que se faz aqui. Devido à flexibilidade das próprias necessidades, este cálculo não necessita ser muito exato. Portanto não se coloca a questão da lucratividade comparada dos diversos dispêndios: por exemplo, se será mais lucrativo ou vantajoso cultivar canhamo ou pastagem. Pois estes produtos vegetais não são permutáveis e não podem substituir um ao outro; não se pode aplicar uma norma comum a eles.

Assim, toda a ciência econômica da economia natural, sua concepção do que é econômico e lucrativo, assim como as estranhas "leis" que dominam sua vida social, são, como demonstraremos mais adiante, muito diferentes em caráter das idéias e princípios básicos de nossa ciência econômica habitual, como costumam ser apresentadas nos manuais de economia. Somente com o desenvolvimento de uma economia de troca e monetária a direção perde seu caráter qualitativo. Agora, o interesse pela mera quantidade ocupa o primeiro plano; é a preocupação por obter a máxima quantidade, que pode adquirir uma forma qualitativa qualquer, através da troca. A medida que se desenvolve a troca e a circulação do dinheiro (natureza mercantil da economia), a quantidade vai-se tornando cada vez mais independente da qualidade. Começa a adquirir o valor abstrato de ser independente da qualidade e de sua significação específica para dadas necessidades. A categoria preço adquire importância e, juntamente com outras categorias, se estiverem presentes, compõe o sistema econômico que é o único levado em consideração pela ciência econômica.

Um destino semelhante ameaça a economia teórica, se qualquer outra categoria é retirada do sistema — por exemplo, a dos salários. Mesmo se, dentre todos os sistemas econômicos possíveis que não possuem esta categoria, escolhermos um no qual a troca e o crédito (e com eles as categorias preço e capital) estejam presentes (por exemplo, o sistema de unidades de trabalho familiar camponesa e artesanal, unidades economicamente por processos monetários e de troca), verificaremos que a estrutura de tal economia ainda se encontra fora dos sistemas conceituais de uma ciência econômica adaptada à sociedade capitalista.

Na exploração agrícola familiar, a família, equipada com meios de produção, emprega sua força de trabalho no cultivo da terra, e recebe como resultado de um ano de trabalho certa quantidade de tribens. Uma simples observação de estrutura interna da unidade de trabalho familiar é suficiente para compreender que é impossível, sem a

categoria salários, impor a esta estrutura o lucro líquido, a renda e o juro do capital, como categorias económicas reais, no sentido capitalista da palavra.

Com efeito, o camponês ou artesão que dirige sua empresa sem trabalho pago recebe, como resultado de um ano de trabalho, uma quantidade de produtos que, depois de trocada no mercado, representa o produto bruto de sua unidade económica. Deste produto bruto devemos deduzir uma soma correspondente ao dispêndio material necessário no transcurso do ano: resta-nos então o acréscimo em valores dos bens materiais que a família adquiriu com seu trabalho durante o ano ou, para dizê-lo de outra maneira, o *produto de seu trabalho*. Esta produção do trabalho familiar é a única categoria de renda possível, para uma unidade de trabalho familiar camponesa ou artesanal, pois não existe maneira de decompor-la analítica ou objectivamente. Dado que não existe o fenómeno social dos salários, o fenómeno social de lucro líquido também está ausente. Assim é impossível aplicar o cálculo capitalista do lucro.

Naturalmente, deve-se acrescentar que este indivisível produto do trabalho nem sempre será o mesmo para todas as unidades económicas familiares. Variará segundo a situação do mercado, a localização da unidade relativamente aos mercados, a disponibilidade dos meios de produção, o tamanho e a composição da família, a qualidade de terra e outras condições de produção da unidade económica. Mas, como vemos, o excedente que a unidade económica obtém pela melhor localização ou por uma disponibilidade relativamente melhor de meios de produção, não é por sua natureza ou quantidade idêntico à renda da terra ou ao juro sobre o capital da economia capitalista.

A quantidade do produto do trabalho é determinada principalmente pelo tamanho e a composição da família trabalhadora, o número de seus membros capazes de trabalhar, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho e — isto é especialmente importante — pelo grau de esforço do trabalho, o grau de auto-exploração através do qual os membros trabalhadores realizam certa quantidade de unidades de trabalho durante o ano.

*Grau de exploração e equilíbrio interno*

Exaustivos estudos empíricos das explorações camponesas na Rússia e outros países nos permitem estabelecer a seguinte tese: o grau

de auto-exploração é determinado por um peculiar equilíbrio entre a satisfação da demanda familiar e a própria penosidade do trabalho.

Cada rublo adicional do crescente produto do trabalho familiar pode ser considerado de duas maneiras: em primeiro lugar, do ponto de vista de sua importância para o consumo, para satisfazer as necessidades da família; em segundo lugar, do ponto de vista da penosidade com que foi obtido. É evidente que com o aumento de produção obtido por trabalho árduo diminui a avaliação subjetiva do significado de cada novo rublo para o consumo; mas a penosidade do trabalho para ganhá-lo, que exigirá uma quantidade cada vez maior de auto-exploração, aumentará. Enquanto não se atingir o equilíbrio entre os dois elementos que estão sendo avaliados (ou seja, enquanto a penosidade do trabalho for subjetivamente estimada como inferior à importância das necessidades que o trabalho suportado satisfaz), a família que trabalha sem utilizar trabalho pago tem todo tipo de motivos para prosseguir em sua atividade económica. Quando atinge este ponto de equilíbrio, porém, não terá interesse em continuar trabalhando, já que todo dispêndio adicional de trabalho torna-se mais difícil de suportar, pelo camponês ou artesão, do que a renúncia a seus efeitos económicos.

Nossa obra, assim como os abundantes estudos de A. N. Chelintsev, N. P. Makarov e B. D. Brntskus, demonstrou que este ponto de equilíbrio é bastante variável. É alcançado da seguinte maneira: de um lado, pelas condições específicas reais de produção da unidade, sua situação de mercado, e pela localização da unidade em relação aos mercados (que determina o grau de fadiga do trabalho); de outro, pelo tamanho e composição da família e a presença de suas necessidades, que determinam a avaliação do consumo. Assim, por exemplo, cada acréscimo de produtividade do trabalho tem como consequência a obtenção da mesma quantidade de produtos com menos trabalho. Isto permite à unidade económica aumentar sua produção e satisfazer plenamente a demanda familiar. Por outro lado, numa economia familiar onerada por membros incapazes de trabalhar aumenta a importância de cada rublo de renda bruta para o consumo. Isto faz com que aumente a auto-exploração da mão-de-obra familiar, de modo que o nível de vida da família, ameaçado pela maior demanda, mantenha-se de certa maneira igual.

Partindo da natureza da consideração fundamental acima descrita, a exploração familiar tem que utilizar a situação de mercado e as condições naturais, de maneira tal que lhe permitam proporcionar um equilíbrio interno para a família, juntamente com o mais elevado nível de bem-estar possível. Isto se consegue introduzindo na estrutura orgâ-

Handwritten notes: "Núcleo familiar", "Camponês", "#100", "unidade", "família", "camponês", "unidade", "família", "camponês".

Handwritten notes at the bottom of the page, including "unidade", "família", "camponês", "unidade", "família", "camponês".

nica da granja, uma aplicação de trabalho que prometa o mais elevado rendimento possível por unidade de trabalho.

Assim, o cálculo aritmético objetivo do máximo lucro líquido possível numa dada situação de mercado não determina se se aceitará ou não uma ação econômica, nem a atividade total da unidade econômica familiar; isso se realiza através da comparação econômica interna de avallações subjetivas. É verdade que se concede uma certa atenção às condições objetivas particulares da unidade econômica.

Uma unidade econômica que opera com os princípios esboçados acima não é necessariamente extravagante em sua conduta econômica, pois geralmente os objetivos que proporcionam o mais elevado rendimento do trabalho por unidade de trabalho aplicada, e os que garantem o máximo lucro líquido possível a uma unidade capitalista, são aproximadamente os mesmos. Mas alguns estudos empíricos demonstram que, em inúmeros casos, as peculiaridades estruturais da exploração familiar camponesa abandonam a conduta ditada pela fórmula costumeira de cálculo capitalista do lucro.

Estas diferenças podem ser observadas com muita clareza, por exemplo, nas áreas densamente povoadas, onde a escassez de terra não permite à família camponesa desenvolver sua plena capacidade de trabalho sob formas ótimas de organização, ou seja, aquelas que proporcionem o maior rendimento de trabalho possível. Para a unidade econômica capitalista estas formas ótimas de organização econômica (o estado último de intensificação dos negócios expressa-se nela) são uma *norma absoluta*. A cada intensificação adicional, o resultado da aplicação adicional de trabalho diminui continuamente, segundo a lei dos rendimentos decrescentes da terra; por conseguinte, o lucro líquido também diminui. Nas explorações agrícolas onde a terra é muito escassa, por outro lado, a preocupação em satisfazer as necessidades anuais obriga a família a uma intensificação com menor rendimento. Ela tem de pagar o aumento do produto anual total do trabalho com uma diminuição do rendimento por unidade de trabalho.

O professor E. Laur, por exemplo, estudou as explorações sulgas com pouca terra. Estas granjas triplicavam sua intensidade. Sofriam um grande prejuízo do rendimento por unidade de trabalho, mas tinham a oportunidade de utilizar plenamente sua capacidade de trabalho, mesmo nas parcelas menores, e de sustentar suas famílias. Do mesmo modo, as pequenas granjas do Norte e do Oeste da Rússia aumentavam o cultivo de batata e de cânhamo, que costumam ser menos rendosos que a aveia, mas são mais intensivos em trabalho e aumentam assim o produto bruto da família exploradora.

Dito de outra maneira: uma empresa capitalista só pode aumentar sua intensidade além do limite de sua capacidade última se a própria situação alterada de mercado força o último na direção de maior intensidade. Na unidade de trabalho familiar a intensificação pode ocorrer mesmo sem esta alteração na situação de mercado, simplesmente pela pressão das forças internas da unidade, quase sempre devido ao aumento da família ser desfavoravelmente proporcional à extensão de terra cultivada. As características peculiares da unidade camponesa de trabalho familiar, acima mencionadas, se fazem sentir inevitavelmente em todo o sistema econômico, se este estiver baseado exclusivamente na economia familiar e portanto não possuir a categoria salários.

Esta peculiaridade é especialmente clara quando analisamos o elemento econômico renda, nas condições de unidade familiar de trabalho. A renda como categoria objetiva de rendimento econômico, obtida após deduzir do rendimento bruto os custos materiais de produção, os salários e o juro costumeiro sobre o capital, não pode existir na unidade econômica familiar, pois os demais fatores estão ausentes. Não obstante, os fatores usuais de formação da renda, como um melhor solo e uma melhor localização em relação ao mercado, certamente *também* existem para as unidades econômicas de trabalho familiar que produzem artigos para o mercado. Seu efeito tem de ser o aumento da produção e da quantidade de rendimento por unidade de trabalho.

Uma análise mais profunda indica o seguinte: o produto do trabalho indivisível de uma família, e por conseguinte a prosperidade da exploração familiar, não aumentam de maneira tão marcante quanto o rendimento de uma unidade econômica capitalista influenciada pelos mesmos fatores, porque o camponês trabalhador, ao perceber o aumento da produtividade do trabalho, inevitavelmente equilibrará os fatores econômicos internos de sua granja, ou seja, com menor auto-exploração de sua capacidade de trabalho! Ele satisfaz melhor as necessidades de sua família, com menor dispêndio de trabalho, e reduz assim a intensidade técnica do conjunto de sua atividade econômica.

Segundo os professores A. N. Chelintsev e N. P. Makarov, este fator renda, que se expressa como um nível de prosperidade um pouco mais elevado, não pode perdurar muito, pois as regiões com esse nível elevado de prosperidade inevitavelmente atraem população das regiões menos favorecidas. Isto diminuirá as terras possuídas pelas explorações individuais, obrigando-as a intensificar os cultivos, e reduzirá a prosperidade ao nível tradicional costumeiro.

*O preço da terra*

Se o arrendamento de terra e um mercado livre de terra se desenvolverem sob tais circunstâncias, naturalmente a capitalização da renda não pode determinar os preços da terra, já que a própria categoria de renda (tal como a entendemos atualmente) não existe. Não obstante, num mercado monetário de terra as propriedades não mudam de mãos sem pagamento. Assim, deparamo-nos com o problema fundamental da Economia da unidade familiar de trabalho: o que determina o preço da terra? Quanto a granja camponesa pode pagar pela terra? Por quanto a venderá?

Podemos responder estas questões se as enfocarmos com a noção do conceito específico de lucratividade, conforme o definimos para a unidade familiar de trabalho. Este mostra que o arrendamento ou as compras de terra só são claramente vantajosos para a família camponesa se, com seu auxílio, a família puder atingir o equilíbrio de sua unidade econômica, seja com um nível de vida superior, seja com um menor dispêndio de energia de trabalho.

As explorações camponesas que possuem uma considerável quantidade de terra, e por isso estão em condições de utilizar toda a força de trabalho familiar num grau ótimo de intensidade de cultivo, não necessitam arrendar nem comprar terra. Qualquer despesa em terra lhes parece irracional, já que não aumenta a prosperidade da família, mas diminui seus recursos. Se uma família só pode dispor de uma pequena parcela, que lhe permite utilizar apenas parte da capacidade de trabalho existente, a aquisição de uma nova parcela para utilizar a força de trabalho não empregada é extremamente importante, porque lhe permite aproximar do ótimo a intensidade da unidade, e utilizar as horas de trabalho anteriormente perdidas na inatividade forçada. Em ambos os casos, o aumento do rendimento por unidade de trabalho, com a consequente elevação do nível de prosperidade, pode ser tão importante que leve a unidade familiar a pagar o arrendamento, ou compra, com uma boa parcela do produto bruto obtido na área recém-adquirida.

Podemos mesmo afirmar, a despeito do aparente paradoxo, que quanto mais a granja camponesa estiver disposta a pagar pela terra, menos ela já possui e, portanto, mais pobre é. Concluindo, devemos considerar que o preço da terra, como categoria objetiva, depende da situação existente no mercado de terra, ou seja, da extensão e urgência da demanda por terras entre camponeses com pouca terra, e do número de ofertas de terras disponíveis por uma outra razão.

No sistema de exploração familiar, o nível do preço da terra não depende apenas da situação do mercado para a produção agrícola e da remuneratividade do cultivo da terra que daí resulta, mas depende em maior grau do aumento de densidade da população rural local. Os estudos sobre movimento dos preços e arrendamentos de terra na Rússia, levados a cabo pelo professor V. Kosinski, e os dados correspondentes dos estudos do professor Laur sobre as granjas camponesas da Suíça, confirmaram que os camponeses com pouca terra pagam pela terra preços que excedem substancialmente a renda capitalizada. Por isso, esses dados podem servir como substantivação empírica de nossa posição teórica.

*A taxa de juros na unidade de trabalho familiar*

É extremamente interessante que outras categorias econômicas, mutuamente dependentes, como a taxa de juros de mercado sobre o capital, se comportem de maneira análoga, no sistema de economia de trabalho familiar. É evidente que a unidade de trabalho familiar só considera vantajoso o investimento de capital caso este possibilite um nível de bem-estar mais elevado; de outro modo, restabelece o equilíbrio entre penosidade do trabalho e satisfação da demanda.

Em todos os casos em que o novo dispêndio prospectivo de capital promete realizar este aumento de prosperidade, seja pela maior produtividade de trabalho, seja pela expansão da superfície, a família poderá pagar um juro desmesuradamente elevado pelo capital necessário. Não obstante, este juro não deve ser alto a ponto de anular todos os proventos obtidos com o novo investimento de capital. Por um lado, a necessidade no momento em que esta situação ocorre e, por outro, a oferta de capital então disponível, determinam o preço de mercado sob a forma do juro normal do empréstimo, nesse momento.

Ou seja, de acordo com isto devemos supor que a "circulação de capital" na unidade de trabalho familiar não provém de um rendimento do capital sob a forma de uma fonte de rendimentos específica objetivamente disponível, mas exerce uma influência importante sobre o produto do trabalho e, assim, sobre o nível de produto do trabalho individual, e sobre o momento crítico de equilíbrio econômico interno. O nível normal da taxa de juro de mercado não é determinado pelo movimento global do capital produtivo no país (o que, evidentemente, não está de acordo com a fórmula clássica  $D = M - D + d$ ), mas

apenas pela situação de mercado, da demanda e oferta, sobre a parcela do capital da nação no sistema de crédito.

A circulação interna de capital é também muito peculiar para a unidade de trabalho familiar. Se a família solicita um crédito de empréstimo a uma pessoa externa, terá sempre que considerar não só que cada dispêndio de capital é vantajoso para a unidade econômica, devido à formação de capital adicional e renovação de capital existente, mas, além disso, que a família deverá ser capaz de obter o montante necessário para essa despesa a partir dos rendimentos de seu trabalho, e isto, naturalmente, a expensas de seu consumo imediato. É claro que isso só será possível se o valor, em termos de consumo, do montante destinado à produção, resultar aos olhos da família menor que seu valor para a produção.<sup>2</sup>

Evidentemente, quanto maior seu produto anual, mais fácil é, para a família, extrair dele os meios para a formação de capital. Em tempos difíceis, de más colheitas ou situação desvantajosa de mercado, será difícil para a família extrair de seu pequeno rendimento uma parcela destinada ao consumo, para empregá-la na formação de novo capital, ou simplesmente para a mera substituição do capital circulante.

#### *Estrutura econômica dos sistemas capitalistas*

Assim, podem ser definidas as seguintes categorias para o sistema econômico da unidade de trabalho familiar ou, dito de outra maneira, para a estrutura econômica de uma sociedade na qual a produção reveste a forma de unidades camponesas e de artesanato, e onde não existe a instituição de trabalho assalariado:

1) o rendimento do trabalho familiar, único e indivisível, que reage frente aos fatores formadores de renda;<sup>3</sup>

(2) A comparação entre as avaliações subjetivas do valor de produção e consumo da mesma unidade de produto do trabalho encontra-se entre os problemas mais complexos da teoria da unidade de trabalho familiar; trata-se a fundo no capítulo IV de minha obra *Die Lehre von der bauerlichen Wirtschaft* (Berlín, P. Parey, 1922). Em nossa análise, tomamos como medida do valor da produção o grau de penosidade do trabalho, que se deve suportar se a mesma unidade de rendimento não for utilizada para renovação ou formação de capital.

(3) Colocamos este rendimento único e indivisível do trabalho familiar entre as categorias econômicas pelo fato de ser determinado não só por fatores técnicos, mas também por uma série de fatores sociais: o desenvolvimento do nível tradicional costumeiro da demanda, a densidade populacional local e, finalmente, os fatores particulares constitutivos da renda.

- 2) os preços das mercadorias;
- 3) a reprodução dos meios de produção (formação de capital, no mais amplo sentido da palavra);
- 4) os preços do capital na circulação de crédito;
- 5) os preços da terra.

Obtemos um quadro ainda mais peculiar se considerarmos a forma da unidade econômica familiar aqui examinada, supondo que não existe a categoria preço de mercado, ou seja, que não existe o fator troca mercantil. À primeira vista, parece que a exploração familiar puramente natural não apresentaria quaisquer fenômenos de tipo econômico. Mas uma observação mais atenta mostra que não é assim. Parece possível encontrar toda uma série de relações sociais e econômicas no bloco social e econômico composto de várias unidades integradas de trabalho que satisfazem *in natura* a suas necessidades. Estas controlam a organização de cada uma das distintas unidades agrícolas naturais e padronizam sua estrutura de produção.

Na realidade, a estrutura econômica privada interna de cada uma das explorações familiares naturais é a mesma que a das explorações com troca mercantil, com exceção de algumas peculiaridades no cálculo da lucratividade, que indicamos no início deste artigo. A própria noção de lucratividade é o fator determinante; torna-se ainda mais claro que é impossível aplicar a fórmula de lucratividade de uma empresa capitalista. O equilíbrio econômico entre satisfação da demanda e penosidade do trabalho também é determinado desta maneira. Outro tanto se pode dizer sobre a formação e reposição dos meios de produção. Mesmo se estiver ausente aqui o fator formador da renda, localização do mercado, as distintas condições climáticas e de solo sem dúvida introduzem no sistema da unidade econômica natural algo semelhante ao fator renda.

Mais importante para a estrutura da exploração natural é que a intensidade do cultivo e suas formas organizativas dependem em grandíssima medida da extensão de terra utilizável, do tamanho da família trabalhadora, e da extensão de suas necessidades, ou seja, de fatores internos (tamanho e composição da família proporcionalmente à extensão de terra cultivada). A densidade populacional e as formas de utilização da terra tornam-se assim fatores sociais extremamente importantes, que determinam fundamentalmente o sistema econômico. Outro fator social menos importante, mas fundamental, é o padrão de vida tradicional, afirmado pelo costume e hábito, que determina a amplitude das exigências de consumo e, assim, a aplicação de força de trabalho.

Ou seja, se pensamos numa região de economia natural e analisamos esse bloco social e econômico, vemos que, apesar da ausência de inter-relacionamento e da dissociação econômica entre as unidades econômicas individuais, desenvolvem-se nessa região inúmeros processos econômicos complexos, cujo principal fator é demográfico — densidade populacional e migração. Estes determinam a utilização da terra, o nível de prosperidade e, assim, o sempre variável montante de acumulação de capital e capacidade tributária da população; esta última constitui a base para a organização do Estado e cultura nacionais.

Independentemente dos fatores demográficos, salientar-se-ão regiões econômicas muito prósperas onde os fatores formadores da renda — qualidade superior do solo, etc. — forem especialmente efetivos. Estudos empíricos de países agrícolas seminaturais mostram que a coação *não econômica* — na falta da influência reguladora da situação do mercado e sua coação econômica — torna-se muito importante, sob a forma de controle administrativo da utilização da terra e às vezes sob a forma de "assentamento militar" da migração populacional.

Assim, mesmo num país com uma estrutura econômica inteiramente natural, podemos encontrar as seguintes categorias sociais e econômicas, que determinam a estrutura das unidades econômicas individuais:

- 1) o produto indivisível do trabalho familiar constituído de acordo com: (a) a densidade populacional; (b) o nível habitual, tradicional, das necessidades; (c) o poder de formação de renda do melhor solo e das condições climáticas mais favoráveis;
- 2) a capacidade da população para formar capital e sua capacidade tributária, que dependem do nível de prosperidade;
- 3) as medidas econômicas e políticas do poder estatal, que através da coação não econômica controla o modo de utilização da terra e a migração do povo.

#### *Sistema escravista*

Em pleno contraste com o sistema econômico familiar existe outro tipo de economia que tampouco possui a categoria salário: o sistema econômico escravista. A diferença torna-se bastante clara quando comparamos as estruturas dessas duas unidades econômicas no que diz respeito à sua morfologia econômica privada. O camponês e o artesão

exercem a administração de maneira independente; têm o controle da produção e das demais atividades sob sua própria responsabilidade. Têm à sua disposição o produto global do resultado de seu trabalho, sendo limitados apenas pela penosidade do trabalho. Nenhum destes fatores existe na economia escravista.

O escravo trabalha numa produção dominada pela vontade de um estranho; é apenas um instrumento cego e não tem direito a dispor do produto de seu trabalho. Leva-o a trabalhar apenas a ameaça de punição, e satisfaz suas necessidades segundo a vontade de seu proprietário, apenas na medida necessária para manter sua capacidade de trabalho.

Para o empresário escravista, a manutenção de escravos só é racional se lhe proporciona um produto excedente após deduzir as despesas e o gasto com a manutenção dos escravos; uma vez realizado no mercado, este produto dá um rendimento positivo pela posse de escravos. Niebuhr observou que a instituição da escravidão só surgiu no momento em que a capacidade produtiva do trabalho humano tinha-se desenvolvido a tal ponto que se podia obter este produto excedente.

O custo de manter escravos é determinado por normas fisiológicas e pelas tarifas de trabalho atribuídas; não pode ser tomado como uma categoria econômica por detrás da qual se ocultam complexas relações sociais e econômicas, semelhantes às relacionadas com a categoria salários. Por isso, o escravo pouco difere das bestas de carga no que diz respeito à organização da empresa, se deixarmos de lado as normas éticas que configuram a vida patriarcal, que foram de especial significação, por exemplo, na escravidão muçulmana.

As características peculiares da organização econômica privada de uma economia escravista, mencionadas acima, afetam toda uma série de categorias econômicas fundamentais. O proprietário de escravos recebe certa soma em dinheiro como rendimento, após deduzir do produto bruto de sua empresa os custos materiais de produção e os gastos com a manutenção dos escravos. Quando se desconta o juro habitual, calculado sobre o capital fixo e circulante investido — exceto o valor dos escravos —, o restante pode ser atribuído à utilização de escravos.

Na sociedade capitalista, este restante atribuído ao operário seria a parcela de seus salários que excede o valor de sua alimentação, vestuário e habitação, fornecidos em espécie pelo empresário. No sistema econômico escravista, a parcela do produto atribuído em termos econômicos ao trabalho dos escravos não é recebida por estes, mas por seu amo, pelo fato de ser proprietário dos mesmos; assim, ela se torna um

novo tipo de rendimento não retribuído, que constitui a razão de ser da escravidão.

Esse rendimento, que não é mais uma simples norma técnica, como por exemplo o custo de manutenção dos escravos, é determinado por uma complexa estrutura de toda uma série de inter-relações sociais e econômicas. É uma categoria econômica, e constitui a *renda escravidã*, que o proprietário recebe em virtude de seu direito de propriedade. Se a unidade econômica escravista for agrícola, o rendimento não retribuído, decorrente da posse de escravos, aumentará à medida que se progride de condições menos vantajosas de produção e transporte para outras proporcionalmente mais vantajosas. Como o escravo e o produto de seu trabalho permanecem os mesmos, e o rendimento do senhor não diminuiria devido à substituição de uns escravos por outros, o rendimento extra que examinamos aqui não pode estar relacionado à posse de escravos enquanto tal, mas deve ser atribuído à terra, resultando de sua melhor qualidade ou melhor localização quanto aos mercados, e temos de considerá-lo uma renda diferencial comum. Na medida em que é possível obter os mesmos resultados técnicos com base no trabalho escravo ou no trabalho pago, esta renda econômica corresponderá também, quantitativamente, à da agricultura capitalista.

Assim, todas as categorias econômicas e sociais da economia capitalista podem conservar seu lugar no sistema teórico da economia escravista, só é necessário substituir a categoria renda escravista pela categoria trabalho pago. A renda escravista apropriada pelo proprietário dos escravos e seu valor capitalizado constituem o preço do escravo como fenômeno objetivo de mercado.

O montante quantitativo da *renda escravidã* é determinado pela produtividade na utilização dos escravos, semelhante à determinação dos salários pela produtividade do trabalhador marginal, calculada pelos técnicos anglo-americanos em seus sistemas. A determinação quantitativa do *preço de mercado* de um escravo é mais complicada. Já observamos que ele tende a ser um montante semelhante à renda capitalizada do escravo marginal. De certa maneira, este é o preço da demanda, enquanto por outro lado o custo primário da "produção escravista" constitui o preço da oferta. Dentro deste contexto, devemos distinguir dois sistemas de economia escravista:

1) um sistema no qual a oferta de material escravo ocorre pela captura, na guerra com povos estrangeiros, de escravos já adultos. A exploração do seu trabalho é completa e leva a seu rápido esgotamento; isto evita o custo de criar os filhos (reprodução), bem como a manutenção prolongada dos adultos;

2) um sistema no qual a oferta se dá de maneira natural, através da reprodução do material escravo dentro da própria família escrava; naturalmente, isto requer gastos com a criação da nova geração, bem como menor grau de exploração da força de trabalho escrava, sobretudo da parcela feminina.

No primeiro caso, o custo primário de produção escravista é o custo da captura; no segundo, o custo de criar e educar, que em geral é muito maior. Nos períodos históricos que favoreceram a captura de material humano em guerra — como em Roma antiga, nos Estados do Oriente Médio da Antiguidade, e mesmo durante as primeiras décadas na América Espanhola — o custo da produção de escravos era muito baixo, e a renda escravista usual capitalizada ultrapassava-o em muitas vezes. Uma boa evidência disto é o alto preço de mercado das patentes escravistas da coroa espanhola, que concediam licença para a captura e importação de escravos durante o primeiro período de importação de negros para a América.

O material humano era barato, e isto permitia aumentar a extensão da propriedade e fazia com que se empregassem no trabalho escravo com uma produtividade cada vez menor, até o ponto, naturalmente, em que a renda dos escravos, continuamente decrescente, se tornava idêntica ao custo primário de sua aquisição. Este fator determinava o preço de mercado do escravo e a amplitude da economia escravista. À medida que as fontes de captura de escravos em guerra esgotavam-se pelos frequentes ataques, o custo primário de aquisição de escravos aumentava; seu preço de mercado subiu rapidamente, e muitos usos de escravos, geradores de uma pequena renda escravista, já não eram remunerativos e foram gradualmente abandonados. Em consequência, diminuiu a extensão da economia baseada na escravidão.

Disto podemos concluir que um importante fator de declínio do antigo-sistema escravista foi o fato de que, para garantir a oferta de escravos, a guerra e a captura tiveram de ser abandonadas em favor da produção pacífica através da reprodução natural. A unidade econômica antiga deparava-se aqui com custos primários tão elevados que começaram a alcançar a renda escravista capitalizada.

De qualquer modo, o preço dos escravos, fenômeno sujeito às leis de mercado, é uma categoria objetiva que determina a produção de escravos pelo cálculo econômico privado. É evidente que a unidade econômica escrava, do ponto de vista econômico privado, só pode parecer vantajosa na medida em que a produção de escravos proporciona um produto líquido não inferior à renda escravista nesse mo-

mento, como fator econômico objetivo, e que através do mercado se realiza no preço dos escravos.

Devemos ressaltar também que a escravidão, ou para dizê-lo de um modo mais geral, a servidão humana, enquanto fenômeno econômico, apresenta inúmeras variedades muito diferentes umas das outras. Assim, por exemplo, o censo da servidão russa difere muito do sistema *weina* decriado.<sup>4</sup> A forma censo, peculiar combinação de exploração agrícola familiar e exploração escrava, apresenta extraordinário interesse teórico.

#### *Diferenças entre escravidão e servidão*

A granja de um camponês de censo se organizava na forma usual de unidade de trabalho familiar. A família trabalhadora dedicava toda a sua capacidade de trabalho apenas à sua própria atividade agrícola ou outra atividade econômica. Mas uma coação não econômica obrigava essa unidade a entregar ao senhor da família trabalhadora servil uma determinada parcela da produção obtida através de seu trabalho. Esta quantidade se chamava censo (*obrok*), e representava a renda da servidão.

Apesar das semelhanças na posição legal do escravo e do servo, as estruturas econômicas da unidade econômica escrava, por um lado, e da unidade econômica servil, por outro, são de caráter totalmente diferente. O censo não coincide qualitativa nem quantitativamente com a renda escravista.

Em sua estrutura econômica privada interna, a granja de um camponês servo de censo não difere de modo algum da unidade de trabalho familiar que já conhecemos. Nesta, a família dirige a granja sob sua própria responsabilidade e tem à sua disposição a produção obtida. As necessidades da família estimulam-na a elevar sua capacidade de

(4) A lei russa de servidão distingue três tipos diferentes de servos: 1) podiam ser servos *usadnits* (*zavorov*), ou seja, destinados a satisfazer as necessidades da casa do senhor, do próprio senhor e de sua família, pelo serviço doméstico pessoal, ou servos unizados na propriedade senhorial (granja) existente no solar, sem possuírem suas próprias granjas; 2) podiam pagar renda em trabalho (*zavochina*), ou seja, administrar suas próprias explorações, mas estavam obrigados, ao mesmo tempo, a trabalhar na propriedade senhorial, nos campos ou no solar, durante certo número de dias da semana; 3) podiam ser servos de censo, isto é, utilizar sua força de trabalho em sua própria granja, mas estavam obrigados a entregar parte de sua produção ao senhor.

trabalho, e a quantidade de produto é determinada pelo equilíbrio, peculiar à granja de trabalho familiar, entre o montante de esforços da família e o grau de satisfação de suas necessidades. Mas no sistema do censo a família se vê forçada, por fatores não econômicos, a atingir este equilíbrio de maneira que o produto obtido cubra não somente suas próprias necessidades, mas também o censo que paga ao senhor.

As exigências materiais, portanto, são muito mais elevadas do que na exploração camponesa livre. Conseqüentemente, o equilíbrio entre o esforço no trabalho e a satisfação das necessidades é atingido com um grau muito maior de auto-exploração do trabalho do que na granja camponesa livre. Entretanto, a maior aplicação de trabalho aqui mencionada não renderá um produto adicional tão grande quanto o censo requer e uma parte deste tem de ser coberta inevitavelmente às custas da satisfação das necessidades familiares. Por conseguinte, a família que paga censo tem um nível de bem-estar inferior ao da família camponesa livre.

Pagando o censo ao senhor, em parte às custas de um maior esforço no trabalho, em parte às custas de um menor grau de satisfação das necessidades, a granja servil cria outra categoria de rendimento econômico: o rendimento não retribuído decorrente da propriedade de servos, a renda da servidão. Agora este pagamento de renda, a granja que paga censo é, sob todos os demais aspectos, uma unidade de trabalho familiar comum, com todas as características organizativas peculiares acima mencionadas.

Se quisermos examinar o fator que determina o montante do censo, temos que partir de sua natureza particular. O montante do censo obtido através da coação não econômica é determinado pela vontade do senhor. Seu interesse é maximizá-la, e a única barreira natural é o perigo de que a granja servil possa arruinar-se e fique privada de sua capacidade de pagar.

O montante do censo pode ser considerado normal enquanto for pago às custas de maior aplicação de trabalho por parte do servo, e de uma redução de seu consumo, mas não às custas da manutenção ou da necessária renovação do capital. Se a pressão para pagar o censo impede a renovação de capital da exploração, o sistema de censo começa a destruir suas próprias raízes.

As explorações submetidas ao pagamento de censo que estão em condições relativamente melhores para constituir a renda podem, naturalmente, pagar quantidades muito mais elevadas, relativamente, a seu senhor. Este aumento do censo não pode ser atribuído à aplicação de

trabalho humano, mas ao solo, e constitui uma renda diferencial comum.

Num mercado livre de terra e de servos, a parte do censo atribuída ao solo e a constituição de renda decorrente do solo são capitalizadas e determinam o preço da terra; o restante, atribuído ao trabalho servil, que constitui a renda de servidão, é capitalizado e constitui o preço de mercado do servo. Parece desnecessário demonstrar que a renda de servidão é determinada pela capacidade do camponês marginal, que produz em condições desfavoráveis, pagar censo, enquanto a renda diferencial é determinada, sob tais circunstâncias, pela diferença entre a capacidade de pagamento do camponês marginal e a de qualquer outra exploração camponesa. Considerando a grande diferença qualitativa no modo pelo qual o censo e a renda escravista são constituídos e pagos, bem como a diferença entre a organização da produção na unidade econômica escrava de grande escala e a unidade serva de pequena escala, não podemos esperar que a renda de servidão e a renda escravista sejam quantitativamente iguais.

As diferenças são ainda maiores no processo de formação de preço dos servos, de um lado, e dos escravos, de outro. Já mencionamos significativo na formação do preço dos escravos. Mas, na unidade econômica serva de censo, o proprietário não tem custos econômicos para reprodução do material humano. Por isso, o número de servos não é determinado pelo equilíbrio entre o produto marginal dos servos e o custo primário marginal, como ocorre na unidade econômica escrava; o aumento através da procriação, e assim o número de servos, é problema destes. Por conseguinte a capacidade de pagamento, e portanto o rendimento, do servo marginal é determinada pelo número real de servos existentes em determinada região num certo momento.

O que dissemos acima é suficiente para uma descrição morfológica da exploração agrícola de censo. Comparando este sistema com o tipo econômico de exploração agrícola escrava podemos nos convencer, através da ilustração, de que ambos os sistemas diferem completamente e que em suas relações econômicas são delimitados por elementos objetivos muito distintos, apesar de algumas semelhanças jurídicas externas.

Esta comparação torna claras as diferenças fundamentais nos dois tipos de economia. E de se notar que ambos os sistemas são também totalmente diferentes em sua concepção de lucratividade e cálculo econômico.

O empresário, na unidade econômica escrava, aproxima-se de uma fórmula de cálculo de lucratividade capitalista, ligeiramente modificada no que diz respeito ao conceito de lucratividade de sua empresa. Na conta de saldas, ao invés de salários ele lança o custo técnica e fisiologicamente determinado de manutenção dos escravos. Ele divide seu produto líquido em três partes: juro sobre o capital, renda e renda escravista.

Na unidade econômica serva que paga censo é completamente diferente. Uma característica bastante peculiar desta unidade é uma certa divisão do motivo econômico, na qual o conceito de lucratividade da família camponesa encontra-se sob a forma que encontramos na

#### CATEGORIAS ECONÔMICAS NOS SISTEMAS ESCRAVISTA E DE CENSO

Sistema econômico escravo	Sistema econômico servil de censo
1. Preços das mercadorias.	1. Preços das mercadorias.
2. Capital, adiantado pelo proprietário de escravos, que entra no processo de produção sob a forma capitalista (D—M—D+Δ). Parte deste capital representa o custo de manutenção dos escravos.	2. bens de capital em posse dos servos (a produção ocorre sob forma da unidade econômica de trabalho familiar, conforme p. 4 e ss. não é uma categoria puramente natural).
3. (Custo de manutenção dos escravos — não é uma categoria econômica, mas uma categoria puramente natural.)	3. Produto indivisível do trabalho familiar.
4. Lucro do capital (JURO).	4. Juros sobre capital tomado em préstimo.
5. Renda escravista.	5. Renda servil de censo.
6. Preço do escravo.	6. Preço do servo.
7. Renda diferencial.	7. Rendimento semelhante à renda, que o proprietário de terras recebe devido ao efeito dos fatores geradores de renda sobre o momento do censo.
8. Preço da terra.	8. Preço da terra.

unidade de trabalho familiar; além disto, o cálculo daquele que possui servos e terra é o de um típico rentista, e exprime a busca de um investimento de capital não lucrativo quanto possível.

A diferença entre a natureza das unidades econômicas de censo e *eskrava*, apontada acima, nos leva a consequências econômicas bastante peculiares. O senhor de camponeses que pagam censo tem direitos de propriedade e de exigir renda, mas ao mesmo tempo, diversamente do empresário da unidade econômica *eskrava*, não possui unidade de produção própria. Este fato se torna claro na maneira interessante e peculiar pela qual o censo está, em grande medida, submetido à influência de fatores demográficos, enquanto a renda na unidade econômica *eskrava* é independente dos mesmos.

Além disso, na organização da unidade econômica *eskrava*, o número de *eskravos* pode ser, e é, adaptado à necessidade ótima de mão-de-obra de unidade, ou seja, o grau ótimo de intensidade que promete a máxima renda *eskravista*. A relação entre força de trabalho disponível e quantidade de terra cultivada, entretanto, não é tão fácil de ser levada a um ótimo pelo dono da terra e o camponês, na unidade econômica *serva*, porque, agora raras exceções, o movimento demográfico neste regime é de caráter puramente natural e elementar. Por isso, temos aqui a possibilidade de uma superpopulação relativa que, como já mostramos em nossa análise da unidade econômica de trabalho familiar, leva a intensificação mais além do ótimo e rebaixa o nível de vida da população, bem como sua capacidade de pagar tributos.

Em consequência, temos o peculiar fenômeno da renda negativa por superpopulação, que consome uma boa parte do censo. A única saída deste estado de coisas é transferir parte da população *serva* da terra superpovoada e utilizá-la para colonizar áreas pouco povoadas. Neste caso, obviamente, obtemos um crescimento significativo na renda de servidão proporcionada pela população transferida, que atingiu agora uma proporção ótima com a terra. O preço do servo, resultante da capitalização dos acréscimos de renda, eleva-se juntamente com esta. Isto torna todo movimento de povoamento e colonização bastante vantajoso, tanto para o proprietário de uma área econômica de censo, como para os camponeses envolvidos.

Concluindo nossa comparação entre as unidades econômicas *eskrava* e *servil*, gostaríamos de enfatizar que, dadas a mesma situação de mercado e as mesmas condições naturais e históricas, as rendas obtidas em ambos os casos (a de *eskravos* e a de servos) nem sempre são da mesma magnitude; pelo contrário, o nível das mesmas pode diferir

consideravelmente. Adentrar todos os detalhes deste problema, extremamente interessante, exigiria antes de mais nada a análise empírica de um extenso material. Portanto, limitar-nos-emos a mencionar, de acordo com essa diferença, que na antiga Rússia da época *servil* podemos identificar regiões com uma forma econômica predominantemente de censo e outras onde predominava a *renda em trabalho*, que economicamente significava certa tendência à organização *eskravista* de economia. Com o tempo, essas regiões mudaram sua configuração geográfica devido à pressão de diversos fatores. Ora aqui, ora acolá, a renda *eskravista* ficava respectivamente acima ou abaixo do censo dos servos; adaptando-se a estas modificações, os proprietários transferiam seus camponeses, segundo a "situação do mercado", da terra em trabalho para o censo, e vice-versa.

A imposição de um sistema de feudos a uma região de economia agrícola natural, caso frequente na história, é de grande interesse para a análise teórica. É uma forma especial de economia feudal, na qual o estrato básico de produtores primários — os camponeses tributários — continua numa economia totalmente natural e paga tributos em espécie ao senhor feudal, enquanto os recebedores dos tributos — duques, condes, mosteiros, etc. — realizam em mercados longínquos, sob a forma de mercadorias, a renda econômica e a renda de servidão extraladas em espécie.

Neste sistema, que acabamos de investigar, com uma estrutura econômica geral correspondente ao tipo de economia *servil* de censo, a formação do preço para os produtos recebidos pelo senhor feudal, sob a forma de pagamento em espécie, e realizados em mercados longínquos, é especialmente interessante. Evidentemente, o elemento custo de produção não pode desempenhar aqui nenhum papel, a menos que consideremos com um custo primário a manutenção de um aparato de coerção (extra-econômica), para recolher os tributos e reprimir as rebeliões.

Sabemos que o dono de um servo que paga censo e de uma propriedade feudal intervem muito pouco na organização real da produção. O montante da produção que constitui sua renda feudal é para ele uma determinada quantidade em espécie, limitada pela capacidade tributária da população dependente do domínio, e esta não pode ser violada impunemente. Entretanto, o senhor feudal pode, até certo ponto, iniciar modificações na composição dos produtos recolhidos da população tributária como pagamento em espécie, e tentará adaptá-la à situação do mercado. Mas, considerando a limitada flexibilidade das explorações camponesas, existem também barreiras importantes que se

opõem a esta forma das atividades econômicas do senhor feudal. Portanto, as atividades econômicas do senhor feudal e sua intervenção no mercado estão quase sempre condenadas à passividade. Os preços de seus bens não têm relação com sua produção, e são inteiramente determinados pela receptividade de certas mercadorias.

Dada esta particular orientação monetária e para a troca, a renda que o senhor feudal recebe em virtude de sua propriedade feudal depende não apenas do montante de pagamento em espécie, mas também da situação de mercado para a venda dos produtos recebidos. As flutuações na situação de mercado podem, a despeito de uma quantidade constante de pagamento em espécie, influenciar favorável ou desfavoravelmente a renda e, assim, o preço da propriedade. A única atividade econômica possível de um senhor feudal, portanto, deve limitar-se a certas medidas de caráter econômico e político que pareçam apropriadas para ele aumentar sua prosperidade dominial e, assim, a capacidade de lhe pagarem tributos. Além desses cinco principais tipos de economia organizados de maneira não capitalista, existiram em nosso passado econômico, e ainda existem, inúmeras outras formas, tanto transitórias quanto independentes. Assim, no amplo conjunto da agricultura camponesa podemos distinguir entre a exploração agrícola de trabalho familiar e a semi-familiar que utiliza trabalho pago, além da força de trabalho familiar, mas não em extensão tal que dê a exploração um caráter capitalista. O estudo teórico deste caso mostra que a presença da categoria saláris modifica um pouco o conteúdo das categorias usuais da exploração familiar, mas não chega a substituí-las pelas categorias de uma exploração capitalista.

Indubitavelmente, devemos também reconhecer que o trabalho na época servil, na Rússia, não significou escravidão no sentido da escravidão negra da América, nem tampouco a do mundo antigo, muito embora possa ter-se assemelhado a ela, e apesar de as leis econômicas que regulam a renda em trabalho não mais coincidirem com as que assinalamos para a granja servil de censo. Não podemos também enquadrar a economia doméstica da Antiguidade (*oikos*) na moldura de qualquer dos tipos econômicos puros que estudamos.

A trustificação da indústria capitalista, que agora avança e se desenvolve, bem como as formas de capitalismo estatal e municipal observáveis no início do século XX, quase certamente não se adaptarão ao esquema teórico clássico da economia, exigindo uma revisão de doutrinas. O sistema de cooperativas agrícolas, que se está desenvolvendo rapidamente ante nossos olhos, terá como consequência compli-

cações muito interessantes para a teoria econômica. Mas preferimos nos limitar ao que já dissemos; a análise dos cinco diferentes tipos econômicos é suficiente para esclarecer a inaplicabilidade das categorias usuais da Economia a todos os casos da vida econômica. A tarefa deste breve artigo não pode ser o fornecimento de uma teoria completa das formas econômicas não capitalistas.

#### *Economia socialista*

Temos que fazer uma exceção para um sistema econômico que ainda não encontrou sua plena realização mas tem, em grande medida, atraído a atenção de nossos teóricos contemporâneos. Falamos do sistema de coletivismo estatal ou comunismo, no que toca à maneira pela qual seus fundamentos têm evoluído nos tratados de seus teóricos, e das tentativas de realizá-lo, que ocorreram em várias épocas, no curso da história humana.

Infelizmente, em sua crítica da sociedade capitalista Marx e os seus adeptos mais importantes não desenvolveram integralmente, em parte alguma, os fundamentos positivos da estrutura organizacional de uma economia socialista. Por isso, nós mesmos devemos tentar construir uma teoria dessa estrutura, tomando como ponto de partida algumas das observações de Marx em *A Miséria da Filosofia*, bem como alguns estudos de N. Bukharin e E. Varga e, sobretudo, as idéias que têm sido efetivas nas tentativas práticas de criar uma sociedade comunista em vários Estados europeus, durante o período 1918-1920.

Segundo essas tentativas, o comunismo é um sistema econômico no qual todos os fundamentos econômicos da sociedade capitalista — capital, juros sobre o capital, salários, renda — são inteiramente eliminados, enquanto todo o aparato tecnológico da economia atual é preservado e mesmo aperfeiçoado.

Na ordem econômica comunista que deve desempenhar essa tarefa, a economia nacional é concebida como uma única e enorme unidade econômica de todo o povo. A vontade popular dirige através dos órgãos estatais — seus instrumentos — e o Estado administra a unidade econômica segundo um plano unificado, que utiliza plenamente todas as possibilidades técnicas e todas as condições naturais favoráveis. Dado que a economia é concebida como única unidade, a troca e o preço enquanto fenômenos sociais objetivos estão fora do

sistema.<sup>5</sup> Os produtos manufaturados deixam de ser valores significativos num sentido monetário ou de troca; permanecem apenas enquanto bens, distribuídos de acordo com um plano estatal de consumo. Toda a peculiaridade econômica deste regime se reduz a traçar planos estatais para o consumo e a produção, e a estabelecer um equilíbrio entre ambos.

Aqui, obviamente, a aplicação da força de trabalho social, tal como na unidade familiar, é levada até o ponto onde o equilíbrio entre a penosidade do trabalho e a satisfação da demanda social é atingido. Este ponto, obviamente, é fixado pelos organismos de Estado que ela horam os planos estatais de produção e consumo e tem que manter os dois em harmonia. Como o padrão de vida de cada operário, determinado pelo Estado, não tem em si relação com o rendimento de seu trabalho (o montante de produção que ele obtém), ele tem de ser induzido a trabalhar através de sua consciência social e das sanções do Estado, e talvez, além disso, por um sistema de prêmios ou recompensas.

Em contraste com todos os sistemas econômicos examinados até agora, que podem existir de forma puramente automática e elementar, uma ordem econômica comunista exige, para sua manutenção e continuidade de acordo com o plano estatal, uma pressão social contínua e, para impedir o aparecimento de alguma atividade econômica não prevista no plano estatal, certo número de sanções econômicas e não econômicas. Assim, não temos no sistema do comunismo estatal nenhuma das categorias econômicas expostas na análise dos sistemas econômicos que consideramos anteriormente. O processo puramente técnico de produção e reprodução dos meios de produção constitui uma exceção.

Nossa apresentação, que revela a morfologia do sistema, pouco contribui para a compreensão de sua dinâmica, mas provavelmente isto seja impossível antes de observar o regime e ver como funciona, e antes que seus ideólogos e teorizadores forneçam uma teoria da organização inteiramente desenvolvida.<sup>6</sup>

(5) Os impostos não são preços, no sentido de um fenômeno econômico sujeito a leis próprias.

(6) Parece-me que devemos esperar que a teoria da organização de uma resposta às três questões seguintes, cujas soluções poderiam tornar mais específicas as noções gerais do mecanismo da economia socialista:

1) Com a ajuda de que método, e de acordo com que princípios, o grau de aplicação de trabalho social, e a quantidade necessária para satisfação da demanda, bem como o necessário equilíbrio entre os dois, serão determinados ao se estabelecerem planos estatais de produção e consumo?

Resumindo os resultados de nossa análise, chegamos à seguinte tabela que nos diz, para cada um dos diversos sistemas econômicos aqui estudados, quais categorias estão presentes e quais faltam.

Ao resumir nessa tabela as categorias econômicas dos sistemas apresentados, estamos em condições de extrair de nossa análise certas conclusões teóricas.

#### *Para uma teoria econômica universal?*

Em primeiro lugar, temos como fato inquestionável que nossa forma capitalista atual de economia representa apenas um caso particular de vida econômica, e que a validade da disciplina científica de Economia, como a entendemos hoje, fundamentada na forma capitalista e destinada à investigação científica desta, não pode nem dever ser estendida a outras formas de organização da vida econômica. Tal generalização da teoria econômica moderna, praticada por alguns autores contemporâneos, cria fricções e dificuldade o entendimento do caráter das formações não capitalistas e da vida econômica passada.

Alguns círculos científicos obviamente se conscientizaram desses fatos, e ultimamente se tem dito com frequência que é necessário estabelecer uma teoria econômica universal, cujos conceitos e leis abarcariam todas as possíveis formas de vida econômica humana. Tentaremos esclarecer a questão de se é possível construir tal teoria universal e se ela é necessária enquanto instrumento para a compreensão científica. Primeiro, vamos comparar os diversos tipos de formação econômica que investigamos anteriormente, e extrairmos os princípios e fenômenos comuns a todos. Obteremos cinco:

1) a necessidade de equipar a força de trabalho humana com diversos meios de produção, com a finalidade de organizar a produção, e de destinar uma parte do produto anual para formação e reposição dos meios de produção;

2) Através de que meios o trabalhador individual será levado a trabalhar, de modo que não considere um esforço demasiado a aplicação de trabalho que se espera dele no plano de produção, e realmente a execute na prática?

3) Quais medidas tornam possível impedir, na sociedade socialista baseada em novas relações de produção, o perigo de uma nova estratificação de classes, que poderiam dar origem a formas de distribuição do produto nacional que privatizam todo o regime de seus elevados ideais originais?

Sem a resolução dessas questões, o regime da economia socialista só pode ser esboçado em sua morfologia mais geral.

Categorias econômicas	SISTEMAS ECONÔMICOS							
	Capitalismo	Economia familiar		Economia escravista	Economia ser- vil de censo	* Sistema feudal*		Comunismo
		Economia mercantil	Economia natural			Economia senhorial	Economia Camponesa	
Preço das mercadorias	+	+	-	+	+	-	-	-
Produto único e indivisível do trabalho familiar	-			-	+	-	+	-
Processo técnico de produção e reprodução dos meios de produção	+	+	+	+	+	-	+	+
Capital adiantado pelo empresário, que circula na produção sob a forma D—M—D+d	+	-	-	+	-	-	-	-
Juros do capital sob a forma de rendimento do rentista	+	+	-	+	+	+	-	-
Salários	+	-	-	-	-	-	-	-
Renda escravista ou de servidão	-	-	-	+	+	+	+	-
Preço dos escravos ou servos	-	-	-	+	+	+	-	-
Renda diferencial	+	+	-	+	+	+	+	-
Preço da terra	+	+	-	+	+	+	-	-
Plano estatal de produção	-	-	-	-	-	-	-	+
Regulação através de coerção não econômica, para manter o regime	-	-	+	+	+	+	+	+

\* A economia feudal é uma síntese da economia natural de trabalho dos camponeses tributários com a orientação econômica para a troca, e monetária, dos senhores feudais que comercializam mercadorias. Por isso, possui dois objetivos econômicos de gênero diferente, e dois sistemas de categorias econômicas, cujos elementos não coincidem. Esta circunstância deu lugar à atribuição das duas colunas, nesta tabela.

\*\* Não existe aqui a renda como uma categoria de rendimento independente específica; apesar disso, os fatores geradores de renda afetam o montante do produto único e indivisível da família.

\*\*\* Aqui, a renda se apresenta como uma categoria econômica de rendimento, mas sua gênese é diferente daquela que existe no sistema escravista.

2) a possibilidade de aumentar consideravelmente a produtividade do trabalho, pela aplicação do princípio de divisão do trabalho, tanto no que diz respeito à técnica de produção quanto no sentido social da palavra;

3) a possibilidade de exercer a agricultura com diferentes graus de aplicação de trabalho e com diferentes graus de concentração de meios de produção por unidade de área de terreno, e de aumentar, pela intensificação de atividade agrícola, o montante produzido por unidade de área de terreno e por unidade de trabalho. Deve-se levar em consideração que o produto não aumenta tão rapidamente quanto os insumos de trabalho e de meios de produção;

4) o aumento da produtividade do trabalho, e do montante produzido por unidade de área de terreno, decorrente da melhor qualidade de solo e da configuração de superfície e condições climáticas mais favoráveis;

5) a oportunidade, propiciada por um nível relativamente alto de produtividade do trabalho humano, de um trabalhador produzir num ano de trabalho uma quantidade de produtos maior que a necessária para manter sua capacidade de trabalho e assegurar à sua família a oportunidade de viver e se reproduzir. Esta circunstância é o pressuposto para a possibilidade de qualquer desenvolvimento social e estatal.

Observando com atenção esses cinco princípios universais da atividade econômica humana, percebemos sem dificuldade que são, todos, fenômenos de ordem natural e técnica. É a Economia das coisas em espécie (*in natura*).

Esses fenômenos, embora frequentemente ignorados pelos teóricos econômicos e considerados interessantes apenas do ponto de vista da técnica de produção, são extremamente importantes. Agora, no caos do período pós-guerra, seu completo significado revela-se de maneira especialmente distinta, na medida em que a complexa estrutura do aparato econômico da sociedade capitalista foi destruída e o dinheiro perdeu a qualidade de uma expressão abstrata estável do valor.

Os cinco princípios que expusemos não contêm um elemento para avaliar as coisas. Se esta avaliação surgisse e o fenômeno social e econômico do valor objetivo fosse criado sobre sua base, todas as coisas adotariam um segundo modo de existência, por assim dizer. Elas tornar-se-iam valores, e o processo de produção adquiriria, além da expressão *in natura*, uma nova expressão *in valore*.

Só então surgiriam as categorias econômicas que afirmamos acima. Elas se agrupariam segundo a estrutura social e jurídica da

sociedade, em um dos particulares sistemas econômicos de valor que analisamos. O sistema "valorístico", com suas categorias, apodera-se do anterior processo natural de produção, e submete tudo a seu cálculo econômico característico em termos de valor.

Cada um desses sistemas é, quanto à sua natureza, bastante particular. Tentativas de abarcá-los através de qualquer teoria universal generalizadora só poderiam produzir doutrinas muito gerais, vazias de conteúdo (por exemplo, o tipo ideal, mancha "exagerada" de dizer que em todos os sistemas a unidade econômica se esforça por obter o máximo resultando possível com a menor aplicação de energia, ou frases análogas).

Assim, parece muito mais prático para a Economia teórica estabelecer para cada regime econômico uma teoria econômica particular. A única dificuldade na aplicação dessas idéias é que só muito raramente nos deparamos, na vida econômica, com qualquer ordem econômica num estado, de cultura pura, para usar uma expressão emprestada da biologia. Geralmente, os sistemas econômicos existem lado a lado, e constituem conglomerados bastante complexos.

Ainda hoje, significativos blocos de unidades camponesas de trabalho familiar estão disseminados na economia capitalista mundial. Formações econômicas que lembram os tipos econômicos feudal ou escravo ainda se encontram disseminadas nas colônias e Estados da Ásia. Analisando o passado econômico deparamo-nos com maior frequência, pode-se dizer constantemente, com essa coexistência, às vezes de início do capitalismo juntamente com o sistema feudal ou servil, às vezes de economia escrava junto com a servidão e a economia de trabalho familiar livre, etc.

Nesses casos, dado que cada sistema era um sistema fechado, ele se comunicaria com os outros através dos elementos econômicos objetivos que tivessem em comum, como está mostrado em nosso quadro de sistemas econômicos. Este contato geralmente ocorreu sob o aspecto dos preços de mercado das mercadorias e da terra. Assim, por exemplo, desde a emancipação dos camponeses (1861) até a revolução de 1917, a exploração agrícola camponesa familiar existiu na Rússia juntamente com a empresa capitalista em grande escala. Isto levou à destruição do capitalismo, porque os camponeses, relativamente carentes de terra, pagavam pela terra mais do que a renda capitalizada na agricultura capitalista. Isto, inevitavelmente, levou à venda de grandes áreas de terra aos camponeses. Inversamente, a elevada renda da terra obtida pela grande granja capitalista de ovinos, na Inglaterra do século XVIII, espelhou os arrendamentos camponeses, que não

eram capazes de pagar a mesma renda elevada aos proprietários de terra.

Igualmente característica é a substituição da renda em trabalho pelo censo, e vice-versa, durante certos períodos da servidão russa. Isto foi prevenido pela elevação da renda escravidão relativamente ao censo, e vice-versa. E talvez a causa econômica da abolição da escravidão deva ser buscada no fato de que a renda da empresa econômica capitalista baseada no trabalho assalariado superasse o montante da renda servil e da renda escravidão. Esse, bem como inúmeros exemplos semelhantes, removem qualquer dúvida acerca da proeminente importância do problema da coexistência entre diferentes sistemas econômicos. Hoje, nosso mundo deixa gradualmente de ser apenas um mundo europeu. À medida que a Ásia e a África entram mais e mais frequentemente em nossas vidas e cultura, com suas formações econômicas específicas, somos levados cada vez mais a voltar nossa atenção para os problemas dos sistemas econômicos não capitalistas.

Por isso, não temos dúvida de que o futuro da teoria econômica não reside na construção de uma única teoria universal de vida econômica, mas em conceber vários sistemas teóricos, adequados ao elenco de ordens econômicas presentes e passadas, que revelem as formas de sua coexistência e evolução.